COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 7.063, DE 2002

Dispõe sobre o exercício profissional do técnico em óptica e dá outras providências.

Autor: Deputado ARNALDO FARIA DE SÁ

Relator: Deputado POLICARPO

I – RELATÓRIO

O projeto de lei em epígrafe visa regulamentar o exercício profissional do técnico em óptica, assim definidos os profissionais que:

I – projetam, confeccionam, adaptam, ajustam e montam próteses oculares e auxílios ópticos em geral (óculos, lentes de contato, lupas, telessistemas, prismas, etc.);

II – responsabilizam-se tecnicamente por laboratórios ópticos, estabelecimentos ópticos comerciais, industriais e centros de adaptação de lentes de contato, podendo efetuar vendas;

III – empreendem atividades educativas nas esferas pública e privada, promovendo a melhora visual;

IV – trabalham de maneira autônoma e emitem laudos e pareceres técnicos;

V – avaliam a função visual do cliente para indicar as compensações ópticas.

A proposição estabelece as seguintes condições para o exercício da profissão:

I – conclusão do segundo grau (correspondente ao atual ensino médio) ou equivalente;

II – habilitação profissional em escola técnica que ministre curso de óptica conforme orientação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação;

III – registro no conselho profissional competente.

É assegurado, porém, aos ópticos práticos que estejam no desempenho da profissão há pelo menos dois anos a partir da vigência da lei, o direito de continuar a exercê-la.

Por fim, criam-se os Conselhos Federal e Regionais com a finalidade de disciplinar e defender a profissão.

Conforme consta da justificação, para a proteção preventiva da melhora visual pública é preciso que a profissão seja devidamente disciplinada, inclusive com o respaldo de seus Conselhos, impedindo, assim, que pessoas inescrupulosas e inabilitadas continuem a causar danos à clientela.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

O projeto de lei sob exame já foi objeto da relatoria de nobres Colegas, tais como o Deputado Pastor Francisco Olímpio, que se manifestou pela sua aprovação, com substitutivo, e a Deputada Vanessa Grazziotin, que recomendou a sua rejeição.

Estudando detidamente a matéria e analisando as considerações feitas pelos relatores que me antecederam, concluo que devo me aliar à então Deputada e hoje Senadora Vanessa Grazziotin, pelos argumentos expendidos por ocasião de sua relatoria.

Conforme bem lembrado pela ilustre Parlamentar, trata-se de profissão que já se encontra disciplinada em nosso ordenamento jurídico.

Tomamos, assim, a liberdade de transcrever parte dos argumentos do parecer que não chegou a ser votado pela Comissão:

Na realidade, ainda que não exista uma lei regulamentadora da profissão, nos moldes em que estamos acostumados a ver em relação a outras profissões, a atividade do técnico em óptica já está suficientemente disciplinada na legislação brasileira.

O Decreto nº 20.931, de 11 de janeiro de 1932,¹ regula o exercício da medicina, da odontologia, da medicina veterinária e das profissões de farmacêutico, parteira e enfermeira. De acordo com o art. 39 desse Decreto, é vedado às casas de óptica confeccionar e vender lentes de grau sem prescrição médica, bem como instalar consultórios médicos nas dependências dos seus estabelecimentos.

*Complementando as disposições do Decreto de 1932, o Decreto nº 24.492, de 28 de junho de 1934, baixa instruções sobre sua aplicação, na parte relativa à venda de lentes de grau. Nesse sentido, o Decreto nº 24.492 dispõe sobre a fiscalização dos estabelecimentos que vendem lentes de grau e especifica os requisitos mínimos para o funcionamento, entre os quais se insere a exigência de que **o estabelecimento tenha um óptico prático habilitado e registrado no órgão federal ou nos órgãos estaduais de vigilância sanitária**. O Decreto trata, ainda, das atribuições do óptico prático, incluindo a responsabilidade técnica pelo estabelecimento comercial.*

Cabe observar que, ainda que o óptico prático mencionado no Decreto de 1934 não mais exista com essa denominação, as legislações trabalhista e educacional, assim como decisões judiciais, admitem que duas espécies de profissionais o sucederam: os optometristas (ou ortoptistas), de nível superior, e os técnicos em óptica, de nível médio.

Em 19 de janeiro de 1976, foi baixado o Decreto nº 77.052, que dispõe sobre a fiscalização sanitária das condições de exercício de profissões e ocupações técnicas e auxiliares, relacionadas diretamente com a saúde.

Diante da legislação em vigor, os optometristas e os técnicos em óptica devem obter o licenciamento sanitário, o que pode ser feito

¹ Decreto baixado pelo Governo Provisório, com força de lei.

nos órgãos estaduais de fiscalização sanitária, mediante a comprovação da habilitação legal em instituição credenciada. Feito o registro na vigilância sanitária estadual, esses profissionais podem desempenhar suas atividades, incluindo a responsabilidade técnica por estabelecimentos ópticos.

Parece-nos, portanto, estar suficientemente regulamentada a atividade, no sentido da proteção da população usuária dos serviços, porquanto se trata de atividade que pode por em risco sua saúde. Deve-se ressaltar que a regulamentação de uma profissão tem exatamente esse objetivo: proteger a população que utiliza os serviços do profissional. Não se confunde, portanto, com a proteção do trabalhador ou com a garantia de direitos trabalhistas. Isso é feito pela legislação do trabalho, que contempla todos aqueles que trabalham sob subordinação, independentemente de exercerem uma profissão regulamentada.

A proposição sob comento, limitando-se a delimitar as atividades dos técnicos em óptica e estabelecer condições para o exercício da profissão, nada acrescenta à regulamentação hoje vigente.

No que diz respeito ao art. 3º, cabe lembrar, conforme consta do parecer da Deputada Vanessa Grazziotin, que a fiscalização das atividades dos técnicos em ópticas já é feita, regularmente, pelos órgãos estaduais de fiscalização sanitária. A despeito disso, o Projeto de Lei propõe a criação de Conselhos Federal e Regionais, aos quais incumbiria essa atribuição. Os conselhos de fiscalização profissional são, porém, autarquias, somente sendo possível sua criação ser feita mediante lei de iniciativa privativa do Presidente da República, conforme determina o art. 61, § 1º, inciso II, alínea “e”, da Constituição Federal. Neste aspecto, portanto, o Projeto de Lei revela-se inconstitucional, por vício de iniciativa.

Diante do exposto, manifestamo-nos pela **rejeição** do Projeto de Lei nº 7.063, de 2002.

Sala da Comissão, em 26 de fevereiro de 2014.

Deputado POLICARPO
Relator